

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/12/2016 a 31/12/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Comissão de Pecuária da FAEMG tem novo presidente. Site do CNA, 01/12/2016.	3
CNA defende fim da cobrança de PIS e COFINS na Aquicultura. Site do CNA, 01/12/2016.....	4
Análise da CONTRAF BRASIL sobre a Reforma Previdenciária. Site da FETRAF, 09/12/2016.....	5
Movimentos populares protocolam pedido de impeachment de Temer. Lizely Borges. Site do MST, 09/12/2016.	6
União publica Decreto que libera negociação das dívidas de produtores. Site do CNA, 12/12/2016.....	11
Escola de assentamento no Paraná está na final da Olimpíada de Língua Portuguesa. Site do INCRA, 14/12/2016.	11

Comissão de Pecuária da FAEMG tem novo presidente. Site do CNA, 01/12/2016.

A Comissão Técnica de Pecuária de Corte da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais) tem novo presidente. É o pecuarista, advogado, vice-presidente da FAEMG e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros, Ricardo Loughton. Ele substituiu Paulo Emílio Carneiro, que faleceu em setembro deste ano, num acidente automobilístico.

Na reunião que oficializou a posse, o presidente da FAEMG, Roberto Simões, lembrou que o setor tem desafios importantes, como a criação de um Fundo de Defesa Agropecuária, que possibilitará o fim da necessidade de vacinação contra febre aftosa e a implementação do Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e Tuberculose: “Grandes estados produtores, como Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, já deram esse passo. Não podemos ficar atrás”.

O superintendente técnico da FAEMG, Altino Rodrigues Neto, reiterou que, sem este fundo, o setor ficará vulnerável, com sérias dificuldades para comercializar com outros estados e impossibilitado de exportar. Uma proposta para funcionamento do fundo (que indenizará produtores que perderem seus rebanhos acometidos pela doença) já está em fase final de consolidação para que possa ser enviado à ALMG, como Projeto de Lei. A expectativa é de que isso aconteça já na próxima semana.

Cenário

O analista de agronegócios da FAEMG, Wallisson Lara, diz que o atual cenário da pecuária no estado exige mudanças de comportamento por parte dos produtores. Com as grandes perdas de rebanho no estado, em função da seca dos cinco últimos anos, é fundamental o investimento em tecnologia, capacitações, cursos de gestão e técnicas de recuperação de pastagens. “Só assim poderá melhorar a produtividade e permanecer na atividade”.

Honrado e sentindo-se “comprometido com a causa”, o novo presidente ouviu as demandas de cada região e se comprometeu a buscar soluções. Do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, José Aparecido Mendes, ouviu que os pecuaristas norte-mineiros estão desestimulados com a perda de mais de 50% de seus rebanhos, a

degradação das pastagens e a falta d'água. Segundo José Aparecido, a retomada dos trabalhos da comissão significa uma renovação da esperança. “Sua atuação é fundamental num estado que tem o segundo maior rebanho do país, com cerca de 23 milhões cabeças. “Precisamos, urgentemente, buscar linhas de crédito para que o produtor adquira matrizes a fim de recompor seus rebanhos”.

Já o pecuarista de Muriaé, Rafael Campos, sugeriu que seja criado um programa de assistência técnica nos mesmos moldes do Balde Cheio, desenvolvido pela Embrapa e coordenado pela FAEMG com excelentes resultados para a pecuária de leite. Filho e neto de produtores rurais, ele lembrou que, hoje, com técnicas como pastejo rotacionado, confinamento e bom manejo do solo, é possível criar gado em muito menos hectares do que no passado. “É preciso disseminar este tipo de conhecimento”, lembra.

Para Cantídio Carlos Ferreira, vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares, é fundamental que os produtores tenham acesso a boletins meteorológicos diários para tomar decisões com mais segurança. Disse ainda que a maneira como os frigoríficos de sua região fazem os cortes dos animais tem interferido muito no peso e no preço final das carcaças. Ele sugere que haja padronização na forma de limpeza do animal na hora do abate.

CNA defende fim da cobrança de PIS e COFINS na Aquicultura. Site do CNA, 01/12/2016.

Aquicultores de todo o país querem o fim da cobrança de PIS e Cofins, tributos que atualmente incidem sobre a ração, os alevinos e sobre os peixes vendidos para os frigoríficos.

O tema foi discutido na última reunião do ano da Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na terça (29), em Brasília. Os criadores avaliam que a incidência de 9,25% de PIS e Cofins prejudica o setor.

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA, Eduardo Ono, a aquicultura é a única cadeia que paga estes dois tributos hoje, enquanto setores como aves, suínos e bovinos são isentos desta cobrança.

“É uma cobrança extremamente prejudicial. Outras cadeias não pagam e nós temos esta distorção tributária”, disse Ono.

Fiscalização – Outro tema da reunião foi o processo de fiscalização dos pescados importados. Alguns destes produtos entram no Brasil sob a suspeita de adulteração para aumento de peso e também do uso de produtos químicos para conservação.

Em agosto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou uma norma para controlar a entrada destes peixes no país e já notificou várias empresas.

Análise da CONTRAF BRASIL sobre a Reforma Previdenciária. Site da FETRAF, 09/12/2016.

A PEC 287, que já tramita no Congresso Nacional, vai acabar com a política pública mais importante, no ponto de vista social e econômico, na história da Agricultura Familiar.

Com a iminência do governo Temer em querer aprovar a PEC 287, proposta da Reforma Previdenciária, a CONTRAF BRASIL alerta que a medida trará prejuízos inestimáveis para toda a população e, em especial, para os agricultores familiares. A PEC 287, que já tramita no Congresso Nacional, vai acabar com a política pública mais importante, no ponto de vista social e econômico, na história da Agricultura Familiar.

A medida significa a o fim da distribuição de renda, de combate à pobreza e da qualidade de vida no campo. “Além dos cortes, nós, agricultores familiares, seremos excluídos em grande parte do Regime da Previdência Social. Não é só um crime contra a categoria que é responsável pela produção de 70% dos alimentos que compõe a cesta básica do povo brasileiro, mas sem dúvida um golpe enorme na economia de milhares de pequenos municípios, que hoje, em grande parte, dependem da agricultura familiar e também dos recursos gerados pela previdência para gerir economicamente”, avalia o coordenador da CONTRAF BRASIL Marcos Rochinski. (Clique aqui e ouça na íntegra)

A Reforma Previdenciária de Michel Temer prevê:

- Aumentar a idade para 65 anos a idade mínima de aposentadoria (Para os Agricultores Familiares (homens) de 60 para 65 anos de idade: 05 anos a mais. / Para as Agricultoras Familiares (mulheres) de 55 para 65 anos de idade: 10 anos a mais.)

- Desvinculação do Salário Mínimo dos benefícios previdenciários e, conseqüentemente, o fim das regras de reajuste do salário mínimo
 - Extinção da categoria 'segurado especial' – comprovação do tempo de atividade rural – do Regime Geral da Previdência Social com a obrigatoriedade da comprovação de contribuição, representando o fim da aposentadoria rural
 - Privatização da previdência, com uma previdência social mínima e o fortalecimento da previdência privada, em regime de capitalização, sob controle das grandes seguradoras e dos bancos
-

Movimentos populares protocolam pedido de impeachment de Temer. Lizely Borges. Site do MST, 09/12/2016.

De acordo com as organizações, a pressão popular é estratégica para incidir em um parlamento aliado ao presidente e seu projeto político

Representantes de movimentos populares, organizações sociais e advogados de atuação em defesa da democracia protocolaram, ao final desta manhã (08), pedido de impeachment do presidente Michel Temer (PMDB). A peça tem como base a denúncia de cometimento de abuso de poder pelo presidente, servindo-se da sua autoridade de cargo, junto ao ex-ministro da Cultura (MinC), Guilherme Calero.

O ex-ministro Calero, em depoimento à Polícia Federal no dia 21 de novembro, afirma ter sido "enquadrado" pelo presidente para que encontrasse uma "saída" para a autorização da obra do condomínio La Vue, na capital baiana. A obra é de interesse do ex-Secretário de Governo, Geddel Vieira Lima, proprietário de apartamento na região tombada de Salvador, e amigo de Temer. A liberação da obra foi reprovada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Com argumento de que a negativa havia criado "dificuldades operacionais" em seu gabinete posto que "o ministro Geddel encontrava-se bastante irritado", Calero afirma que Temer pediu a ele que revertesse a decisão da instância vinculada ao MinC. A situação desencadeou nova crise do governo e resultou nos pedidos de demissão de Calero e Geddel.

Ação protocolada e tramitação

Apesar de ter audiência agendada para 11h30 com os proponentes do pedido de impeachment, para recebimento em mãos da peça jurídica, o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) não compareceu à entrega, assim como nenhum outro membro da mesa diretora da Câmara. Após a espera de mais de uma hora os assinantes do pedido, acompanhados de deputados e senadores apoiadores da ação, entregaram a peça ao servidor e secretário-geral da Mesa, Wagner Padilha. De acordo com a assessoria de Maia, o parlamentar foi chamado às pressas por Temer e estava em reunião reservada com o presidente no Palácio do Planalto. A ausência de Maia, simbolizada pela cadeira vazia, foi entendida pelos movimentos como desrespeito à ação movida pela sociedade civil organizada.

“Demostramos o descontentamento com os deputados em não atender o pedido da sociedade civil e vir aqui”, diz o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas. “Essa cadeira vazia do presidente tem um significado. E cada um interprete como desejar. Lamentamos a ausência não só do presidente como de qualquer outro membro da Mesa Diretora da Câmara”, declarou a deputada e líder da Minoria na Câmara, Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Com a peça protocolada, cabe ao presidente da Câmara admitir a sequência do processo. De tramitação similar ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, caso o pedido seja admitido por Maia, é constituída uma comissão especial para análise da denúncia. Com a aprovação da admissibilidade da denúncia por dois terços da Câmara, o processo segue para o Senado.

Com apoio de maioria do parlamento, as organizações e advogados reconhecem o difícil cenário para seguimento do pedido de impeachment pelas casas legislativas. No entanto, apontam que a diversidade dos assinantes da peça jurídica, bem como a pressão popular das ruas conferem peso política à iniciativa. “O prosseguimento do processo depende de uma decisão do presidente da câmara. Sabemos que ele é da base aliada do presidente, e conhecemos o contexto do parlamento que fez parte inclusive de um golpe de estado. Sem pressão popular, se não partir de um conjunto organizado da sociedade, é simples inviabilizar a tramitação do pedido”, reflete o advogado colaborador da formulação do pedido, Gabriel Sampaio.

Ação coletiva

Sustentado no Art.14 da Lei 1079/50 que garante a qualquer cidadão o direito de denunciar o presidente por crime de responsabilidade, a peça é assinada por quinze representantes de organizações de diferentes áreas de atuação e quatro advogados. De acordo com a secretária de mulheres da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Santa Alves, a construção unificada do documento revela o desgaste dos segmentos sociais com a retirada de direitos pelas medidas de Temer. “A união das forças dos movimentos sociais e juristas mostra a força e indignação não só de um setor, mas de vários, movimento de mulheres, negro, sindical”, diz.

A coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara, aponta a necessidade de resgatar a denúncia de crimes cometidos pelo presidente, acusação que perde gradualmente visibilidade na esfera pública em meio a novos fatos políticos. “Sendo a gente os mais afetados [pelas medidas do governo Temer] precisamos dar visibilidade, uma vez que a imprensa tradicional está escondendo essa denúncia. É claro que há um acordo político entre imprensa tradicional e este governo. Não temos mais o que esperar, a sociedade precisa se movimentar, então nos juntamos para dar visibilidade a esses crimes que não podem ser esquecidos”, aponta Sônia, em crítica à atuação dos veículos privados de comunicação.

“Não se trata de advogados a serviço de um partido, com pareceres pagos por este partido, de 45 mil. Trata-se aqui de movimentos sociais que se organizaram para apresentar este pedido”, destaca o professor de direito da Unb, Marcelo Neves, em referência ao pagamento aos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, responsáveis pela elaboração do pedido de impeachment de Dilma Rousseff e encomendado pelo PSDB.

Para o membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Alexandre Conceição, o pedido de impeachment possui caráter político ao denunciar o projeto de retirada de direitos, projeto este empreendido por Temer e sua base aliada, bem como caráter jurídico, ao denunciar a violação de preceitos constitucionais pelo presidente. “Acompanhando toda a conjuntura econômica, observando o quanto tem sido prejudicial aos direitos sociais, implementando uma pauta que não foi eleita e observando as falcaturas do governo, elaboramos coletivamente o pedido de

impeachment. Este pedido tem muito a ver com a luta do povo brasileiro porque são os movimentos populares que estão pedindo, com apoio de deputados e senadores”, diz.

Além dos representantes de organizações citados acima, o pedido é assinado Carina Vitral (UNE), Carolina Tokuyo (Fora do Eixo), Carolina Proner (jurista), Clayton (Mídia Ninja), Denildo (Comunidades Negras Rurais Quilombolas), Edson da Silva (Intersindical), Gabriel dos Santos (ANPG), Guilherme Boulos (MTST), Juvelino Strozacke (jurista), Leonardo Yarochevsk (jurista), Luana Pereira (Levante Popular), Lúcia Rincón (UBM), Raimundo Bonfim (CMP) e Wanderley (CONAM).

Crimes de responsabilidade

Calero relatou em depoimento à PF que realizou três conversas com Temer sobre a situação envolvendo Geddel. Nestas ocasiões relatou a pressão que vinha sofrendo por parte do ex-Secretário de Governo para intervir na liberação da obra.

Sustentado na Lei 1.079/1950 que trata de crimes de responsabilidade em atos do Presidente contrários aos preceitos constitucionais, o pedido de impeachment destaca a omissão de Temer diante da pressão sofrida por Calero. “O fato do Sr. Presidente da República tomar conhecimento de tais condutas e se envolver diretamente com a questão, sem tomar qualquer providência para que, no mínimo, o Sr. Geddel Vieira Lima se abstivesse das condutas violadoras das normas que protegem à Administração Pública das ações de agentes públicos em conflito com o interesse público, já configura a prática do crime de responsabilidade”, declara a peça jurídica.

O documento também destaca o fato de Temer servir-se do seu alto grau de comandante do Estado brasileiro para incidir em seus subordinados para conferir vantagem a alguém. “Não só não foi essa a providência do Sr. Presidente da República, Michel Temer, como acabou por chancelar o interesse privado do Ministro Geddel, como se assunto de interesse público ou, como nas palavras da nota, como que para solucionar impasse na sua equipe e evitar conflitos entre ministros de Estado”, aponta a peça.

“É uma conduta que sem dúvida nenhuma preenche um tipo penal, a conduta do presidente ao acobertar uma alta autoridade do poder executivo que agiu confessadamente por interesses próprios, o ex- secretário Geddel, é censurável do ponto de vista da moralidade da administração pública e idoneidade do agente público, ainda mais sendo

agente máximo”, denuncia a professora de direitos humanos e internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carol Proner.

Integrante de um coletivo de advogados pela democracia, Carol problematiza o discurso assumido pela base aliada do governo, e aceita pela sociedade, de que a destituição da ex-presidente tinha intenção de combate à práticas de corrupção e a sequência dos fatos denunciados. “ A opinião pública foi unânime em censurar a conduta do presidente imaginando o momento em que ele censuraria a conduta do ex-ministro Geddel. No entanto, não houve esta censura pelo presidente. Fere de morte a ideia de moralidade daqui para a frente. Como estamos num momento histórico que fatos são diuturnos, em que os fatos se sucedem numa velocidade muito grande, a impressão que dá que este fato fica para trás nos acontecimentos diários. Qual é efetivamente a mensagem que um presidente da república quer passar quando é cúmplice do cometimento de um crime de grave relevância para o poder público, censurado por toda a legislação e normativa das altas autoridades?”, questiona. “Não há nenhum argumento que possa evitar a responsabilização do máximo cargo da República”, conclui Carol.

Apoio de parlamentares

No dia 28 de novembro, os líderes da minoria na Câmara, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), e no Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ), protocolaram uma representação contra Michel Temer na Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigação do caso. A sustentação da representação é o cometimento de crime de concussão (exigir vantagem indevida para si ou outro) e crime de advocacia administrativa (patrocinar interesse privado perante a administração pública). A deputada relata que foram feitos diversos requerimentos de investigação. De acordo com parlamentares do PT e PCdoB presentes no momento em que foi protocolado o pedido de impeachment, a ação dos movimentos fortalece a representação junto à PGR.

No mesmo dia (28) o PSOL protocolou pedido de impeachment de Temer, com base em sustentação semelhante à peça assinada pelos coletivos. De acordo com o advogado Gabriel, há possibilidade das peças se somarem no momento de apreciação pelos parlamentares.

União publica Decreto que libera negociação das dívidas de produtores. Site do CNA, 12/12/2016.

O Diário Oficial da União publicou o Decreto n.º 8.929, na sexta-feira (09), regulamentando o processo de liquidação ou renegociação das dívidas dos produtores rurais nas áreas de atuação da Sudene e Sudam. A norma regulamenta lei sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, no final de setembro deste ano.

Com a publicação do Decreto, os produtores estão formalmente autorizados a liquidarem ou renegociarem suas dívidas junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao Banco da Amazônia (Basa), além de outros bancos oficiais federais.

A partir de agora, os produtores estão autorizados a procurarem agências do BNB e do Basa e solicitarem seus extratos bancários e, a partir disso, iniciarem o processo de negociação.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) informa que os produtores terão prazo de um ano, até 29 de dezembro de 2017, para optarem por liquidar ou renegociar seus débitos.

Dados do BNB indicam que 770 mil produtores serão beneficiados, num total de 860 operações bancárias. Quase 95% do total são de mini e pequenos produtores que contrataram operações de crédito rural até 31 de dezembro de 2011.

Estão contemplados produtores abrangidos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e os municípios do norte do Espírito Santo e de Minas Gerais. Foram contemplados, ainda, produtores do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri.

Escola de assentamento no Paraná está na final da Olimpíada de Língua Portuguesa. Site do INCRA, 14/12/2016.

O Colégio Estadual do Campo José Marti, localizado no Projeto de Assentamento Oito de Abril, no município de Jardim Alegre (PR), está em festa, pois esta é a segunda vez que uma aluna é selecionada como finalista da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa

“Escrevendo o Futuro”. Não é para menos, já que em apenas cinco edições, alunas representantes desta escola participaram duas vezes.

Em dezembro de 2015 a estudante de 15 anos, Valdirene Prestes dos Santos, foi premiada na Olimpíada da Língua Portuguesa, no gênero “memórias literárias”, por um texto sobre a história do assentamento. Este ano, o Paraná terá duas representantes na final da 5ª edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa - que acontece em Brasília dias 13 e 14 de dezembro. As estudantes Crislaine Letícia Vereta, de 17 anos, e Giovana Gomes Porn, 16 anos, representam a rede estadual de ensino na categoria de artigos de opinião na edição de 2016 da Olimpíada.

As paranaenses estão entre os 38 selecionados para a final do programa, que reuniu cerca de 170 mil alunos de todo o país somente nessa edição. A competição tem como objetivo aprimorar a didática dos profissionais da disciplina para desenvolver habilidades de escrita em seus alunos e contribuir com a qualidade do ensino público.

Tema reforma agrária

A Aluna Giovana, do 3º ano do ensino médio, abordou o tema reforma agrária em seu artigo. “Por viver em um assentamento, resolvi escrever e expressar minha opinião sobre o tema”, afirmou a aluna.

Além de representar a rede estadual de ensino, a estudante tem outros motivos para comemorar a classificação. “É muito gratificante, porque mesmo com a greve dos professores e ocupação da escola, que me privou de muita coisa, eu consegui”, disse a aluna que estudou em casa e debateu o tema com os moradores da própria comunidade onde vive. “Por isso essa classificação tem um gosto especial”, disse.

Olimpíada

A Olimpíada de Língua Portuguesa é dividida entre as categorias de “poema” - para estudantes do 5º e 6º ano do ensino fundamental; “memórias literárias” - para o 7º e 8º ano, também do ensino fundamental; “crônica” - para os alunos que estão no 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio; e “artigo de opinião” - para os estudantes do 2º e 3º ano do ensino médio.

Os semifinalistas são premiados com medalhas e direito à participação em oficinas culturais. Os finalistas recebem medalhas e um tablet. As escolas também são

contempladas com placas de homenagem pela participação e os professores orientadores recebem um computador portátil.

Os cinco primeiros colocados de cada categoria serão premiados com medalhas, um computador portátil e uma impressora. Já as escolas recebem 10 computadores, uma impressora, um projetor, um telão para projeção e livros didáticos.

A competição é promovida pela Fundação Itaú Social e Ministério da Educação, e coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Assentamento

O Projeto de Assentamento Oito de Abril é formado por 555 famílias que ocupam cerca de 14 mil hectares. O assentamento corresponde a quase 40% do total de Jardim Alegre, município com 12 mil habitantes e distante cerca 380 quilômetros da capital Curitiba.

A área foi comprada pelo Incra em 2004. O leite é o forte da economia do Oito de Abril, a produção mensal de leite no assentamento supera um milhão de litros por mês.

Em sentença histórica da Corte Interamericana (OEA), Brasil é condenado por trabalho escravo e tráfico de pessoas

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (OEA) emitiu no último 15 de dezembro a sentença do *Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil*, condenando o Estado brasileiro por ser internacionalmente responsável por não garantir a proteção de 85 trabalhadores de serem submetidos à escravidão contemporânea e ao tráfico de pessoas, além de não ter assegurado a realização de justiça também para outros 43 trabalhadores resgatados desta condição.

Em consequência de sua condenação, o Estado brasileiro deverá retomar as investigações sobre o caso, adotar medidas para evitar que a prescrição seja aplicada ao delito de escravidão, e reparar as vítimas pelos danos imateriais sofridos, pagando indenizações pecuniárias a 127 trabalhadores e a uma trabalhadora. Além dos 85 resgatados na fiscalização de 2000, que receberão 40 mil dólares cada um, por terem sido submetidos a trabalho escravo e tráfico de pessoas, se somam, em razão da denegação de justiça, outros 43 trabalhadores resgatados na fiscalização de 1997, os quais receberão 30 mil dólares cada.

Tais valores dizem por si a gravidade das ofensas sofridas por essas pessoas.

A fiscalização de março de 2000 documentou que encontrou trabalhadores em situação de escravidão. Foram aliciados por um 'gato' no interior do Piauí e viajaram durante dias em ônibus, trem e caminhão até chegarem à fazenda. Suas carteiras de trabalho foram confiscadas e assinaram documentos em branco. As jornadas de trabalho eram de 12 horas ou mais, com um descanso de meia hora para almoçar e apenas um dia livre por semana. Na fazenda, eles dormiam em galpões com dezenas de trabalhadores em redes, sem eletricidade, camas ou armários. O teto era de lona. A alimentação era insuficiente, de péssima qualidade e descontada de seus salários. Eles se adoentavam com regularidade e não recebiam atenção médica. O trabalho era realizado sob ordens, ameaças e vigilância armada.

A sentença ora publicada é histórica, porque é a primeira vez que a proibição da escravidão e da servidão é aplicada no julgamento de um caso concreto no Continente Americano, estabelecendo parâmetros para o conceito previsto no art. 6º da Convenção Americana, em particular na definição do que se considera responsabilidade e dever do Estado no enfrentamento à escravidão moderna e ao tráfico de pessoas.

A sentença é também paradigmática porque reconhece que a violação ao direito de não ser submetido a escravidão está inserida em um contexto de discriminação estrutural dos trabalhadores escravizados em razão de sua situação de vulnerabilidade econômica. Descreve que tal discriminação foi reiterada por parte da administração de justiça e outros setores, quando as vítimas ou seus representantes, em busca do reconhecimento de sua dignidade, recorreram à justiça para denunciar a submissão à servidão e tráfico, pleiteando a devida reparação, e não receberam qualquer resposta do poder judiciário.

O Tribunal considerou que as características específicas a que foram submetidos os trabalhadores resgatados em março de 2000 foram além da servidão por dívida e do trabalho forçado, ao configurar: “violação à integridade e à liberdade pessoais (violência e ameaças de violência, coerção física e psicológica dos trabalhadores, restrições da liberdade de movimento); os tratamentos indignos (condições degradantes de habitação, alimentação e de trabalho) e a limitação da liberdade de circulação (restrição de circulação em razão de dívidas e do trabalho forçado exigido), *foram elementos constitutivos da escravidão* no presente caso”. “Foi constatada a existência de trabalho exaustivo,

condições degradantes de vida, falsificação de documentos e a presença de menores de idade”.

Na Sentença fica explicitada a responsabilidade dos Estados “de garantir as condições necessárias para que não ocorram violações a esse direito inalienável e, em particular, o dever de impedir que seus agentes e terceiros particulares atentem contra ele”. Os Estados devem assegurar “que nenhuma pessoa seja submetida a escravidão, servidão, tráfico ou trabalho forçado, mas também requer que os Estados adotem todas as medidas apropriadas para pôr fim a estas práticas e prevenir a violação do direito a não ser submetido a essas condições, em conformidade com o dever de garantir o pleno e livre exercício dos direitos de todas as pessoas sob sua jurisdição”.

Para Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da CPT: *“se por um lado é lamentável ter que chegar a uma sentença condenatória para assegurar que a luta contra o trabalho escravo seja estimulada a continuar, por outro lado é muito oportuno, na conjuntura política que essa sentença é proferida, que o Brasil perceba que continuará sendo monitorado pela comunidade internacional para que não deixe de ser a referência à qual chegou a ser identificado - por várias instâncias da ONU, inclusive a OIT - no combate ao trabalho escravo”*.

A obstrução às garantias do sistema de justiça também foi uma das principais violações constatadas no Caso Brasil Verde, pois nenhum dos perpetradores chegou a ser efetivamente responsabilizado e nenhuma das vítimas recebeu reparação.

Nesse sentido, Beatriz Affonso, Diretora do CEJIL para o Programa do Brasil, enfatiza que *“a decisão do Tribunal é emblemática porque cria um precedente importante ao declarar o caráter imprescritível do delito de escravidão segundo as normas do Direito Internacional por entender que a aplicação da prescrição constitui obstáculo para a investigação dos fatos, para a determinação e punição dos responsáveis e para a reparação das vítimas.”*

O combate à escravidão contemporânea requer uma ação de caráter integral. Além de pressupor uma normativa com conceitos vigorosos, hoje no Brasil já garantida na formulação do artigo 149 do Código Penal Brasileiro, é necessário que a atuação repressiva e judiciária seja eficiente. A sentença da Corte Interamericana reforça a tese de que combater o trabalho escravo requer políticas abrangentes que possibilitem a educação, o combate a discriminação de raça e de gênero, o acesso ao direito ao pleno

desenvolvimento, acesso a terra, e a erradicação de todas as demais mazelas que caracterizam a discriminação estrutural que a Abolição de 1888 ainda não superou.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

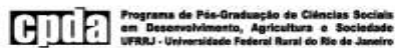
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa